



Enfoque: Reflexão Contábil

ISSN: 1517-9087

eduem@uem.br

Universidade Estadual de Maringá  
Brasil

Dallabona, Lara Fabiana; Roberto da Cunha, Paulo; Buzzi Rausch, Rita  
Inserção da área ambiental na matriz curricular do curso de Ciências Contábeis: um estudo das IES  
da região Sul do Brasil

Enfoque: Reflexão Contábil, vol. 31, núm. 3, septiembre-diciembre, 2012, pp. 7-22

Universidade Estadual de Maringá  
Paraná, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307125339002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica  
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# **Inserção da área ambiental na matriz curricular do curso de Ciências Contábeis: um estudo das IES da região Sul do Brasil<sup>1</sup>**

**doi: 10.4025/enfoque.v31i3.15302**

**Lara Fabiana Dallabona**

Mestre em Ciências Contábeis pela  
Universidade Regional de Blumenau - FURB  
Professora da Universidade do Estado de Santa Catarina -  
UDESC/CEAVI  
lara\_mestrado@hotmail.com

**Paulo Roberto da Cunha**

Doutor em Ciências Contábeis pela FURB  
Professor da Universidade do Estado de Santa Catarina -  
UDESC/CEAVI  
Professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis da  
Universidade Regional de Blumenau – FURB  
pauloccsa@furb.br

**Rita Buzzi Rausch**

Doutora em Educação pela UNICAMP  
Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau - FURB  
rausch@furb.br

Recebido em: 30.07.2011

Aceito em: 22.03.2012

2ª versão aceita em: 17.04.2012

## **RESUMO**

O estudo tem como objetivo refletir sobre a inserção da contabilidade ambiental nas matrizes curriculares dos cursos de graduação em ciências contábeis. A pesquisa é de caráter dedutivo, com abordagem descritiva e análise qualitativa. A amostra compõe 31 cursos que obtiveram as melhores classificações no ENADE/2006, na região Sul do Brasil e que possuem matrizes curriculares disponibilizadas nos portais eletrônicos das instituições. Como resultado, observou-se que a inserção da contabilidade ambiental nas matrizes curriculares ainda é incipiente, visto que, das 31 universidades da região sul do Brasil com os melhores conceitos do ENADE/2006, somente nove têm alguma disciplina voltada à contabilidade ambiental. Destas universidades, nenhuma é do estado do Paraná, sete são do Rio Grande do Sul e quatro de Santa Catarina. Conclui-se também que a temática acerca da contabilidade ambiental apresenta-se através de diversas nomenclaturas. Os assuntos mais contemplados nas matrizes curriculares são: legislação pertinente, marketing social/ecológico, balanço social, gestão ambiental e indicadores/relatórios ambientais e socioambientais. A universidade que se destacou por apresentar a maior quantidade dessas disciplinas foi a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com três delas. A universidade com maior convergência à proposta de conteúdo sugerida pelo Conselho Federal de Contabilidade foi a UNIVALI (SC), com 88%.

**Palavras-chave:** Graduação em Ciências Contábeis. Contabilidade Ambiental. Responsabilidade Social.

## ***Insertion of environmental area in the curriculum matrix of the course of Accounting Sciences: a study of IES in southern Brazil***

## **ABSTRACT**

The study aims to reflect on the inclusion of environmental accounting at the headquarters of the courses of science degree in accounting. The research is deductive in character, with descriptive approach and qualitative analysis. The sample comprises 31 courses which received the best marks in ENADE/2006, in southern Brazil and curricula that have arrays available in the portals of electronic institutions. As a result, it was observed that the inclusion of environmental accounting curriculum at

<sup>1</sup> Artigo apresentado no XII Congresso Internacional de Custos, 2011, Punta del Este.

the headquarters is still in its infancy, given that the 31 universities in southern Brazil with the best concepts ENADE/2006, only nine have some discipline focused on environmental accounting. Of these, none is the state of Parana, seven are from Rio Grande do Sul and Santa Catarina four. We also conclude that the issue about the environmental accounting presents itself under various nomenclatures. What matters more is included in the matrices curriculum relevant legislation, social marketing / ecological, social reporting, environmental management and indicators / environmental, social and environmental reports. The university said it has the highest number of courses was the Federal University of Rio Grande do Sul with three disciplines. The university with the proposal for greater convergence of content suggested by the Federal Accounting Council was UNIVALI (SC) with 88%.

**Keywords:** *Degree in Accounting. Environmental Accounting. Social Responsibility.*

## 1 INTRODUÇÃO

As organizações estão em constante transformação perante os fatores relacionados ao meio ambiente, ganhando um espaço considerável em âmbito empresarial. A consciência ecológica passa a envolver, além das organizações, também o meio acadêmico, por meio das Instituições de Ensino Superior (IES). Porém, ainda são poucas as práticas que podem ser observadas nas respectivas instituições de ensino, que objetivam qualificar e também conscientizar os acadêmicos cidadãos formadores de opiniões futuras (TAUCHEN; BRANDLI, 2006).

Diante do exposto, as empresas precisam se adequar a questões ambientais para manterem-se competitivas. Para atingir tal adequação, há necessidade de inserir no mercado de trabalho profissionais qualificados e que de preferência possuam conhecimento específico quanto aos fatores ambientais ao qual algumas empresas estão expostas.

De acordo com Dambrowski (2006), o profissional responsável pelas informações relativas à gestão ambiental deve ser capaz de analisar os processos e ações estratégicas das empresas, pois não há um processo continuado de tal organização se não houver conscientização dos aspectos ambientais, tanto relacionados a questões sustentáveis ao meio ambiente, como por conscientização da própria sociedade.

Quanto à profissionalização, Tachizawa (2002) relata que os cursos de graduação e

especialização *lato sensu* e *stricto sensu*, principalmente os cursos de administração, poderiam abordar uma nova proposta de formação profissional, face às mudanças que vem ocorrendo gradativamente em relação ao mercado.

Por essa razão, os cursos de Administração, em nível de graduação, especialização, bem como de pós-graduação, poderiam levar em consideração, em seu currículo e, portanto, em seu projeto pedagógico e em seu processo ensino-aprendizagem, novas disciplinas entre elas a Gestão Ambiental e Responsabilidade Social, na formação profissional do administrador, com vista em acompanhar as transformações e as necessidades do mercado, em face do processo de globalização. (TACHIZAWA, 2002, p. 30).

É indispensável destacar que, o profissional administrativo, a partir dos ensinamentos adquiridos no decorrer da graduação ou especialização, deve se tornar um administrador capaz de transformar, de gerir com rapidez os avanços oriundos das ciências e tecnologia, direcionando nova ordem econômica, social e ambiental (TACHIZAWA, 2002).

Não diferente para a área contábil, Souza et al. (2008) discorrem que, considerando a relevância por aspectos relacionados às questões ambientais nas empresas, há uma preocupação em busca de profissionais contábeis capacitados para exercer atividades relacionadas ao meio ambiente e tal necessidade está vinculada à educação ambiental obtida por meio do ensino em cursos de graduação.

Nesse contexto, torna-se relevante a análise da inserção de questões ambientais na formação acadêmica dos futuros contadores que irão gerar informações aos usuários externos.

Souza et al. (2008) desenvolveram um estudo objetivando analisar se os cursos de graduação em Ciências Contábeis e a disponibilidade de livros e textos em periódicos nacionais, acadêmicos e profissionais, favoreceriam o acesso ao conhecimento sobre a contabilidade ambiental pelo profissional contábil brasileiro. Quanto às instituições de ensino que contemplavam tal disciplina, concluíram que apenas 2,84% dos cursos cadastrados no INEP (2006) abordam a contabilidade ambiental.

Tratando-se de região, a que apresentou maior percentual quanto à disciplina foi a sudeste com 54%, seguida das regiões norte e sul com 23% e 19% respectivamente. A região nordeste apresentou 4% e a região centro-oeste não apresentou nenhuma disciplina voltada à área ambiental. A nomenclatura das disciplinas encontradas foi: 46,15% como contabilidade social; 34,62% como contabilidade ambiental e 19,23% como contabilidade ambiental e social.

Contribuindo com a temática que envolve questões ambientais nos cursos de graduação, o estudo pretende responder à seguinte questão de pesquisa: *Como está inserida a contabilidade ambiental nas matrizes curriculares dos cursos de graduação em Ciências Contábeis do sul do Brasil?* Assim, o estudo tem como objetivo refletir sobre a inserção da contabilidade ambiental nas matrizes curriculares dos cursos de graduação em Ciências Contábeis do Sul do Brasil.

Justifica-se a relevância desta pesquisa por estar contribuindo com a indagação referente à adequação das matrizes curriculares para a inserção dos aspectos ambientais na formação dos contadores em nível de graduação, levando-se em conta os prejuízos ambientais causados por algumas empresas perante o meio ambiente e a necessidade de evidenciar aspectos ambientais nos quais as empresas estão inseridas.

A ciência contábil, como parte do conhecimento

da área social aplicada, pode contribuir como um instrumento de evidenciação e divulgação das questões ambientais envolvendo as instituições de ensino superior.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Serão apresentados, nessa seção, aspectos teóricos sobre responsabilidade social, sustentabilidade ambiental e contabilidade ambiental, bem como a matriz curricular do curso de Ciências Contábeis proposta pelo Conselho Federal de Contabilidade.

### 2.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL

Há várias conceituações que refletem os aspectos relacionados à responsabilidade social das empresas perante o meio em que atuam. A responsabilidade social das organizações diz respeito às expectativas econômicas, legais, éticas e sociais que a sociedade espera que as empresas atendam em um determinado período de tempo (DONAIRE, 1995).

Neste sentido, o gerenciamento eficaz e eficiente de questões relacionadas à responsabilidade social depende dos conhecimentos específicos dos gestores, administradores, contadores e demais profissionais que estão diretamente ligados à administração geral da organização.

Para Melo Neto e Froes (2001, p. 26), a “responsabilidade social é um estágio mais avançado no exercício da cidadania corporativa”. Os autores relatam ainda quanto ao exercício responsável: “o exercício da responsabilidade social tem dois focos distintos: os projetos sociais e as ações comunitárias.” Infere-se que as empresas, necessariamente, atuam em favor da sociedade, sendo de forma direta, por meio de projetos sustentáveis ou de forma indireta, por meio de ações que contribuem com a sociedade.

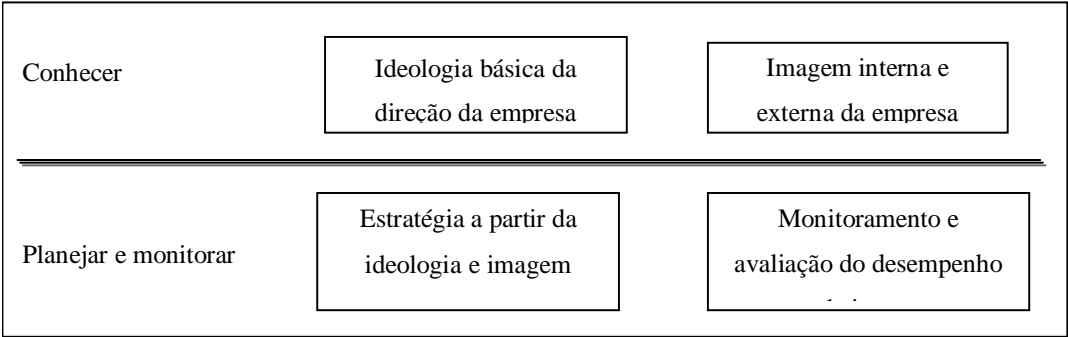
De acordo com Donaire (1995), a justificativa envolvendo o sentido da responsabilidade social das empresas centra-se na liberdade com que a sociedade, de forma geral, concede à empresa para sua existência. Indaga-se sobre a questão de que as empresas possuem a liberdade para

executar suas atividades com total autonomia, sendo que, de acordo com o autor, o pagamento por tal liberdade seria a contribuição que a empresa faria perante a sociedade em que atua.

Para manterem-se competitivas no mercado num período longo de tempo, as organizações precisam se adequar às exigências impostas pela sociedade. Dessa forma, entende-se que, enquanto que a visão auferida pelas empresas de longo prazo precisa de ajustes

periodicamente quanto aos empreendimentos, os seus valores, princípios e até mesmo a missão da empresa precisam ser consistentes e duradouros no que se refere ao cotidiano da empresa. Tal ajustamento envolve dedicação e comprometimento no decorrer de seu desenvolvimento e execução (ASHLEY, 2003).

Ashley (2003, p. 41) apresenta um modelo de gestão que menciona a responsabilidade social da empresa, exposto no Quadro 1.



**Quadro 1 - Modelo para gestão da responsabilidade social da empresa**

Fonte: Adaptado de Ashley (2003, p. 41).

Conforme o Quadro 1, pode-se verificar a interação da organização perante os acontecimentos internos e externos quanto à responsabilidade social. A primeira etapa centra-se no conhecimento geral da empresa para que ela possa direcionar seus objetivos, transmitindo a sua imagem, tanto do contexto interno quanto externo.

A segunda etapa do modelo de gestão, que envolve a responsabilidade social da empresa, diz respeito ao planejamento e monitoramento das estratégias da organização. É relevante, nesse processo, a avaliação geral do desempenho e da imagem que a empresa está transmitindo para a sociedade.

No que tange à responsabilidade social, Ashley (2003, p. 7) relata que a organização,

[...] assume obrigações de caráter moral, além das estabelecidas em lei, mesmo que não diretamente vinculadas a suas atividades, mas que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável dos povos.

Relaciona-se essa consideração à imagem que a empresa pretende apresentar ao mercado, pois pode indiretamente interferir no modelo de gestão da organização.

As empresas que buscaram voltar-se para os aspectos sociais de forma consistente e consciente não têm motivos para temer expor todas as suas realizações ao público, considerando que irão incorporá-las à imagem da empresa. Essa realização também infere questões relacionadas à imagem externa da empresa perante a sociedade (COSTA FILHO, 2004).

2.2 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

De acordo com Franco (2000, p. 26), a sustentabilidade está relacionada a três princípios fundamentais:

[...] a conservação dos sistemas ecológicos sustentadores da vida e da biodiversidade; a garantia da sustentabilidade dos usos que utilizam recursos renováveis e o manter as ações humanas dentro da capacidade

de carga dos ecossistemas sustentadores.

O desenvolvimento sustentável tem como principal finalidade e objetivo a integração das preocupações inerentes ao meio ambiente, envolvendo as políticas socioeconômicas, tornando tais políticas responsáveis pela apresentação dos impactos ambientais causados pelas organizações (FRANCO, 2000). A sustentabilidade ambiental está envolta de fatores que interferem na qualidade de vida da sociedade.

Para Bellen (2005, p. 22), “[...] a relação entre desenvolvimento e meio ambiente é considerada hoje um ponto central na compreensão dos problemas ecológicos”. Visto que esses estão atrelados ao conceito de sustentabilidade, é relevante destacar que a contextualização de desenvolvimento sustentável retrata especificamente uma nova forma da sociedade se relacionar e buscar continuidade tanto operacional, quanto com o meio externo, caracterizado como meio ambiente (BELLEN,

2005). Dessa forma, destaca-se que a sustentabilidade está diretamente relacionada à forma como as organizações se portam diante de suas operações diárias para com o ambiente externo.

A sustentabilidade ambiental está diretamente relacionada ao desenvolvimento sustentável e, de acordo com Ferreira (1998, p. 67), “o padrão de produção e consumo que caracteriza o atual estilo de desenvolvimento tende a consolidar-se no espaço das cidades, estas se tornam cada vez mais o foco principal na definição de estratégias e políticas de desenvolvimento”. Isso impacta nos fatores que refletem na qualidade de vida da população buscando por questões sustentáveis perante os diversos recursos expostos pelo meio ambiente.

O desenvolvimento sustentável engloba diversos fatores que estão infiltrados no contexto geral do meio ambiente, formando uma matriz sustentável interligada diretamente a outros quesitos, como pode ser observado no Quadro 2.



**Quadro 2 - Matriz de sustentabilidade**

Fonte: Adaptado de Palsule (2004, p. 44).

O Quadro 2 demonstra a ligação da matriz de sustentabilidade entre o governo e os cidadãos. Para Palsule (2004), é relevante o conhecimento de que a mudança relativa aos processos ambientais nunca é um produto exclusivo das polaridades, considerando que a sustentabilidade busca o entendimento do público, para que ambos percebam as iniciativas individuais e ação legislativa ou

governamental, como aspectos considerados complementares e inseridos em um mesmo processo.

Assim, é relevante destacar a interatividade entre o governo, o cidadão, quanto à preservação da estabilidade, e a criação de mudanças para que se atinja o objetivo de obter um desenvolvimento sustentável perante as adversidades ambientais.

## 2.3 CONTABILIDADE AMBIENTAL

As questões relacionadas à sustentabilidade e à proteção do meio ambiente estão cada vez mais presentes no cotidiano moderno. O ser humano está cada vez mais atento à maneira de se relacionar com o meio ambiente, sempre em busca de novos jeitos para realizar a tão desejada preservação ambiental (LORENZETT; ROSSATO, 2010).

A contabilidade ambiental pode auxiliar no processo de proteção e preservação ambiental à medida que é considerada como um instrumento para percepção do papel que o meio ambiente desempenha na economia. Por meio das contas ambientais é possível obter dados que demonstram as contribuições dos recursos naturais para a economia e para a sociedade, bem como os custos impostos à sociedade pela degradação dos recursos naturais (PROTOGEROS et al., 2011; LORENZETT, ROSSATO; GODOY, 2011).

Contabilidade ambiental é uma ferramenta importante para a compreensão do papel desempenhado pelo ambiente natural da economia. As contas relativas aos aspectos ambientais podem fornecer dados que destacam tanto a contribuição dos recursos naturais para o bem-estar econômico quanto os custos impostos pela poluição ou degradação dos recursos consumidos pelas empresas (PROTOGEROS et al., 2011).

Assim, Santos et al. (2001, p. 4) definem a contabilidade ambiental como “o estudo do patrimônio ambiental (bens, direitos e obrigações ambientais) das entidades”. Os autores descrevem como objetivo da contabilidade ambiental o de,

[...] fornecer aos seus usuários, interno e externo, informações sobre os eventos ambientais que causam modificações na situação patrimonial, bem como realizar sua identificação, mensuração e evidenciação.

Considerando que um dos objetivos da contabilidade é evidenciar informações para os diversos interessados, aspectos relativos à

contabilidade ambiental também se faz pertinentes para o conhecimento dos que dela se detém para tomadas de decisões. Para Ribeiro (2006) a evidenciação de informações econômico-financeiras de cunho ambiental é uma das maiores contribuições da contabilidade no processo de sustentabilidade, preservação e proteção para a área contábil.

A menção da relevância na evidenciação de informações de cunho ambiental e sustentável também é auferida por Lorenzett, Rossato e Godoy (2011) quando destacam que, diante o pensamento ecológico desencadeado na população, as organizações devem buscar por comprometimento com a sustentabilidade do meio ambiente, garantindo, assim, a continuidade de suas atividades, utilizando a contabilidade ambiental como uma ferramenta relevante de evidenciação perante tal comprometimento, por meio da divulgação de seus balanços e demonstrativos contábeis, onde buscamos quais busquem demonstrar todos os investimentos feitos pelas empresas para controle, bem como preservação e recuperação do ambiente em que atuam.

Para Kraemer (2005, p. 10), a contabilidade ambiental tem como objetivo “registrar as transações da empresa que impactam o meio ambiente e os seus efeitos na posição econômica e financeira da empresa que reporta tais transações”. Assim, é relevante a evidenciação de informações relativas aos ativos ambientais, passivos ambientais e os respectivos custos ambientais decorrentes das atividades operacionais e financeiras das organizações (RIBEIRO, 2006). Para que a organização possa registrar tais transações ocorridas no decorrer de sua gestão, utiliza-se o balanço ambiental, que de acordo com a autora, tem como objetivo:

Tornar pública, para fins de avaliação de desempenho, toda e qualquer atitude das entidades, com ou sem finalidade lucrativa, mensurável em moeda, que, a qualquer tempo, possa influenciar ou vir a influenciar o meio ambiente, assegurando que custos, ativos e passivos ambientais sejam reconhecidos a partir do momento de sua identificação, em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Embora a contabilidade ambiental tenha progredido muito nos últimos anos, ela ainda não está largamente difundida, principalmente devido à dificuldade de implantação de suas práticas. Tal situação poderá mudar nos próximos anos, através da utilização de sistemas convencionais de gestão integrados a módulos de contabilidade ambiental (BENNET et al., 2004; PROTOGEROS et al., 2011; LORENZETT, ROSSATO; GODOY, 2011).

No contexto ambiental, a Lei 6.938/81 apresenta como objetivo, preservar, melhorar e recuperar a qualidade ambiental propícia à vida, assegurando condições de desenvolvimento socioeconômico aos que se interessam pela segurança nacional e proteção à vida. Nesse contexto, a respectiva Lei estabelece alguns princípios básicos, elencados, abaixo, no Quadro 3.

<b>Princípios Ambientais Básicos</b>
<p>I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;</p> <p>II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;</p> <p>III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;</p> <p>IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;</p> <p>V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;</p> <p>VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;</p> <p>VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental;</p> <p>VIII - recuperação de áreas degradadas;</p> <p>IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação;</p> <p>X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.</p>

**Quadro 3 - Princípios ambientais básicos**

Fonte: Adaptado da Lei 6.938/81, Art. 2º.

Ressalta-se a justificativa por estar elencando os aspectos relacionados à contabilidade ambiental: conforme o princípio X da Lei 6.938/81, a educação ambiental insere-se no contexto da formação profissional dos contadores e demais profissionais. Quanto ao contador, cabe salientar que alguns aspectos devem ser analisados com maior ênfase, como é o caso do balanço social.

Para Tinoco e Kraemer (2004), o balanço social busca descrever a realidade econômica, social e ambiental de uma organização, sendo tais informações consideradas suscetíveis de mensuração, divulgação e até mesmo avaliação dos aspectos sociais e ambientais. Com relação ao balanço social e aos aspectos socioeconômicos e ambientais, os autores mencionam ainda que “o Balanço Social procura utilizar ao máximo as informações disponíveis nos diversos departamentos funcionais das organizações. Sua função básica é dar-lhes um tratamento adequado em termos de *disclosure*, para os agentes sociais” (TINOCO; KRAEMER, 2004, p. 90). Infere-se a importância da contabilidade ambiental nesse contexto por relacionar os fatores que estão diretamente relacionados à empresa perante a sociedade.

A contabilidade ambiental está diretamente relacionada aos custos que podem ocorrer no decorrer de seus processos operacionais, como: custos internos, custos externos, custos diretos e indiretos, custos contingentes ou custos intangíveis, custos potencialmente ocultos, custos convencionais, custos contingenciais, de imagem e de relacionamento. (TINOCO; KRAEMER, 2004). De acordo com os autores, outro fator envolvendo a divulgação dos processos empresariais são os ativos ambientais, os passivos ambientais, as despesas de natureza ambiental e as receitas ambientais.

## 2.4 MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS PROPOSTA PELO CONSELHO FEDERAL DE DECONTABILIDADE

A matriz curricular pode ser conceituada como as diversas atividades disciplinares de um curso de graduação, tais como as disciplinas obrigatórias eletivas e/ou optativas, estágio, trabalho de conclusão de curso, bem como atividades complementares, que estão relacionadas ao plano de desenvolvimento institucional e ao projeto pedagógico dos respectivos cursos; expressando, em seu conteúdo, o objetivo e perfil desejado para o egresso no curso em análise. (CARNEIRO et al., 2009). Vale destacar que as matrizes curriculares devem estar em



constante atualização perante os acontecimentos envoltos em cada curso, podendo, a qualquer instante, serem alteradas de acordo com orientações cabíveis.

Segundo Carneiro et al. (2009, p. 18), “a Resolução CNE/CES n.º 10/04 prevê em seu artigo 2º que as Instituições de Educação Superior devem estabelecer a organização curricular para cursos de Ciências Contábeis por meio de Projeto Pedagógico”. Este projeto pedagógico, segundo Carneiro et al. (2009) contempla os seguintes aspectos:

O perfil profissional esperado para o formando, em termos de competências e habilidades; os componentes curriculares integrantes; os sistemas de avaliação do estudante e do curso; o estágio curricular supervisionado; as atividades complementares; a monografia, o projeto de iniciação científica ou projeto de atividade – por exemplo o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – como componente opcional da instituição; o regime acadêmico de oferta.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) elenca a proposta de componentes curriculares por eixo temático para o curso de Ciências Contábeis conforme descrito na Tabela 1. Destaca-se que a proposta refere-se ao conteúdo de formação profissional.

A Tabela 1 descreve as disciplinas obrigatórias e optativas cujos cursos de graduação em Ciências Contábeis, em sua formação profissional, deveriam necessariamente abordar, de acordo com a proposta do CFC/2009. Visto que o objetivo para o desenvolvimento deste estudo é refletir sobre a inserção da contabilidade ambiental nas matrizes curriculares dos cursos de graduação em Ciências Contábeis do Sul do Brasil, a análise da respectiva matriz curricular centra-se na disciplina nomeada como

“Responsabilidade Social” código 2015 da Tabela 1.

**Tabela 1 - Proposta de componentes curriculares por eixo temático**

<b>Código</b>	<b>Título</b>	<b>Carga Horária</b>
<b>Conteúdo De Formação Profissional</b>		
2001	Contabilidade Básica	120
2002	Estrutura das Demonstrações Contábeis	90
2003	Contabilidade Societária	120
2004	Teoria Geral da Contabilidade	60
2005	Perícia, Avaliação e Arbitragem	60
2006	Contabilidade Avançada	120
2007	Contabilidade de Custos	60
2008	Apuração e Análise de Custos	60
2009	Auditoria	90
2010	Controladoria	60
2011	Gestão de Finanças Públicas	60
2012	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	120
2013	Planejamento e Contabilidade Tributária	60
2014	Contabilidade Internacional	60
2015	Responsabilidade Social	60
2016	Análise de Projetos e Orçamento Empresarial	60
2017	Análise das Demonstrações Contábeis	60
2018	Empreendedorismo	60
2019	Mercado de Capitais	60
2020	Finanças Empresariais	60
2021	Sistemas de Informação Gerencial	60
	Optativa	60
	Optativa	60
	Optativa	60
	<b>SUB TOTAL</b>	<b>1.680</b>

Fonte: Adaptado de Carneiro et al. (2009, p. 20)

Para a consecução do objetivo, a análise geral do estudo centrou-se em analisar os aspectos relacionados à disciplina “Responsabilidade Social”. O Quadro 4 aborda a ementa para a respectiva disciplina, os objetivos e o conteúdo programático.

EMENTA - Responsabilidade Social; Responsabilidade Ambiental; Projetos Sociais; Marketing Social; Empreendedorismo Social; Noções de Contabilidade Social; Balanço Social; Modelos de Balanço Social; Legislação Aplicável.	
OBJETIVO(S) Compreender a responsabilidade social e ambiental nas organizações, destacando o balanço social como instrumento de gestão capaz de demonstrar o grau de comprometimento das organizações com projetos e ações sociais.	
Conteúdo Programático	
Responsabilidade Social Evolução histórica; Conceito e importância; Distinção entre responsabilidade social e filantropia; Responsabilidade social nas empresas; Responsabilidade social nas organizações contábeis; Responsabilidade social nas organizações públicas; Gestão social.	Responsabilidade Ambiental Conceitos; Gestão ambiental; Meio ambiente como oportunidade de negócios; Reconhecimento dos créditos de carbono.
Projetos Sociais Conceitos; Investigação de projetos sociais.	Marketing Social Conceitos; Importância; Diferença entre marketing social e institucional.
Empreendedorismo Social Conceitos; Perfil do empreendedor social; Empreendedorismo social como diferencial competitivo.	Noções de Contabilidade Social Conceitos básicos Demonstração do Valor Adicionado (DVA).
Balanço Social Evolução histórica; Conceitos; Importância Indicadores sociais; Balanço social como instrumento de gestão; Auditoria em balanço social; Modelos de Balanço Social; Modelos e características; Estrutura básica de balanço social.	Legislação Aplicável Normas brasileiras (NBC-T); Resoluções; Legislações municipais e estaduais; Normas internacionais.

#### Quadro 4 - Conteúdo da disciplina Responsabilidade Social

Fonte: Adaptado de Carneiro et al. (2009, p. 102-103).

No decorrer da análise dos dados, será possível observar quais são as instituições de ensino superior do Sul do Brasil que aderem à disciplina de responsabilidade social, analisando os respectivos conteúdos programáticos dos cursos que oferecem tais disciplinas, e, se necessário for, sugerir respectivas adaptações perante o conteúdo de formação profissional sugerido pelo conselho da classe contábil, o Conselho Federal de Contabilidade.

### 3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

A pesquisa de caráter dedutivo se classifica como descritiva, pois tem como objetivo analisar a inserção da contabilidade ambiental nas matrizes curriculares dos cursos de graduação em Ciências Contábeis. Para Gil (2002, p. 42), “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Como procedimento de coleta de dados, optou-se por um estudo documental que, de acordo

com Beuren (2008, p. 89), “[...] baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Para tanto, foram utilizadas as ementas e os conteúdos programáticos das disciplinas dos cursos de Ciências Contábeis selecionados para análise, disponibilizadas no site das instituições.

No que tange ao problema de pesquisa, o estudo classifica-se como qualitativo por analisara inserção da contabilidade ambiental nas matrizes curriculares dos cursos de graduação em Ciências Contábeis. Para Richardson (1999, p. 80), “os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”.

A população do estudo se constituiu dos cursos de graduação em Ciências Contábeis, na modalidade presencial da região Sul do Brasil. A amostra é composta pelos cursos que obtiveram as melhores

classificações no ENADE/2006 na região. Para o estudo, considerou-se como melhores classificações os cursos de Ciências Contábeis que obtiveram notas 4 e 5 respectivamente.

O Quadro 5 apresenta a amostra composta pelas 33 instituições de ensino superior, em ordem de acordo com as melhores classificações do ENADE/2006 da Região Sul do Brasil.

Universidade	Sigla	Cidade	Estado	Enade
Universidade do Vale do Itajaí	UNIVALI	Itajaí	SC	4
Universidade do Oeste de Santa Catarina	UNOESC	São Miguel do Oeste	SC	4
Universidade do Vale do Itajaí	UNIVALI	Biguaçu	SC	4
Faculdade de Itapiranga	SEI/FAI	Itapiranga	SC	4
Universidade do Sul de Santa Catarina	UNISUL	Palhoça	SC	4
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	Florianópolis	SC	4
Faculdade Exponencial	FIE	Chapecó	SC	4
Universidade Federal do Paraná	UFPR	Curitiba	PR	5
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	Pato Branco	PR	5
Universidade Estadual de Maringá	UEM	Cianorte	PR	5
Pontifícia Universidade Católica do Paraná	PUCPR	São José dos Pinhais	PR	4
Universidade Estadual de Londrina	UEL	Londrina	PR	4
Centro Universitário Franciscano do Paraná	UNIFAE	Curitiba	PR	4
Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão	FECILCAM	Campo Mourão	PR	4
Instituto de Ensino Superior de Foz do Iguaçu	IESFI	Foz do Iguaçu	PR	4
Pontifícia Universidade Católica do Paraná	PUCPR	Curitiba	PR	4
Universidade Estadual de Maringá	UEM	Maringá	PR	4
Universidade Estadual do Centro Oeste	UNICENTRO	Laranjeiras do Sul	PR	4
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	UNIOESTE	Marechal C. Rondon	PR	4
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	UNIOESTE	Cascavel	PR	4
Universidade de Passo Fundo	UPF	Palmeira das Missões	RS	5
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	Porto Alegre	RS	5
Faculdade de Ciências Contábeis e Administração Taquara	FACCAT	Taquara	RS	4
Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre	FDB	Porto Alegre	RS	4
Faculdade Porto-Alegrense de Ciências Contábeis e Administrativas	FAPCCA	Porto Alegre	RS	4
Fundação Universidade Federal do Rio Grande	FURG	Rio Grande	RS	4
Universidade de Caxias do Sul	UCS	Bento Gonçalves	RS	4
Universidade de Passo Fundo	UPF	Carazinho	RS	4
Universidade de Passo Fundo	UPF	Lagoa Vermelha	RS	4
Universidade de Passo Fundo	UPF	Soledade	RS	4
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	UNISINOS	São Leopoldo	RS	4
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	Santa Maria	RS	4
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões	URI	Frederico Westphalen	RS	4

**Quadro 5 - Amostra da pesquisa**

Fonte: Adaptado do ENADE/2006.

Como pode ser observado no Quadro 5, foram classificadas 33 instituições de ensino superior com as melhores classificações no ENADE/2006, sendo que sete instituições pertencem ao estado de Santa Catarina; 13 ao estado do Paraná e 13 do Rio Grande do Sul. No processo de classificação e busca dos respectivos sites para acesso às matrizes curriculares do curso de ciências contábeis, duas instituições foram excluídas da amostra, sendo uma instituição de ensino do estado de Santa Catarina (Faculdade Exponencial – Chapecó), a qual não foi possível

localizar o respectivo endereço eletrônico e uma instituição pertencente ao estado do Rio Grande do Sul por não se poder acessar as matrizes curriculares do respectivo curso (Universidade de Passo Fundo – Palmeira das Missões).

Após tal classificação, foi iniciada uma busca dos sites de cada instituição de ensino para se ter acesso às matrizes curriculares que estivessem disponíveis nos respectivos portais eletrônicos. Por fim, das 31 instituições de ensino superior identificadas com as melhores classificações no

ENADE/2006, a amostra contemplou as nove instituições que possuíam em suas matrizes curriculares alguma disciplina que abordasse o tema de contabilidade ambiental: a FACCAT - Taquara; FDB - Porto Alegre; UFRGS - Porto Alegre; UFSM - Santa Maria; UNISINOS - São Leopoldo; SEI FAI - Itapiranga; UNIVALI - Biguaçu; UNIVALI - Itajaí; UNOESC - São Miguel.

Com o intuito de facilitar o processo de coleta de dados, foram utilizadas planilhas eletrônicas para detalhar as matrizes curriculares. A primeira análise constitui-se pela classificação das instituições de ensino superior por estado e por instituição, contemplando as respectivas disciplinas ministradas por tais instituições de ensino. Essa classificação tem como foco o objetivo do respectivo estudo, que é refletir sobre a inserção da contabilidade ambiental nas matrizes curriculares dos cursos de graduação em Ciências Contábeis.

#### 4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção são abordadas, inicialmente, quais foram as disciplinas encontradas que contemplassem a inserção da contabilidade ambiental no curso de Ciências Contábeis das instituições analisadas. Nesse sentido, verificaram-se aspectos relacionados às nomenclaturas e à carga horária designada a

cada disciplina. Em seguida, analisaram-se de, forma segregada por disciplina, quais os conteúdos relacionados à contabilidade ambiental são mais explorados. Por fim, faz-se uma avaliação dos conteúdos das disciplinas em análise com o conteúdo programático da proposta efetuada pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Inicialmente, apresentam-se a nomenclatura e carga horária das respectivas disciplinas. O Quadro 6 demonstra, respectivamente, quais são as Universidades, as disciplinas relacionadas à contabilidade ambiental inseridas na matriz curricular do curso de Ciências Contábeis e sua respectiva carga horária.

Observa-se, no Quadro 6, que a inserção da contabilidade ambiental no curso de Ciências Contábeis ocorre por meio de diferentes nomenclaturas. Destaca-se a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que apresenta três disciplinas que envolvem a temática ambiental, com as disciplinas de contabilidade ambiental e social, economia e meio ambiente e gestão ambiental na empresa. Verifica-se que o enfoque das disciplinas ofertadas na UFRGS é a contabilidade, a economia e a gestão, ou seja, três enfoques diferenciados, com uma carga horária de 60 horas aula.

Universidade	UF	Disciplina	Carga Horária
1 FACCAT - Taquara	RS	Gestão ambiental e responsabilidade social	60
2 FDB - Porto Alegre	RS	Contabilidade social e ambiental	34
3 UFRGS - Porto Alegre	RS	Contabilidade ambiental e social	60
	RS	Economia e meio ambiente	60
	RS	Gestão ambiental na empresa	60
4 UFSM - Santa Maria	RS	Contabilidade ambiental	60
5 UNISINOS - São Leopoldo	RS	América Latina, desenvolvimento e sustentabilidade	60
6 SEI FAI - Itapiranga	SC	Ética e responsabilidade social	36
7 UNIVALI - Biguaçu	SC	Responsabilidade social	ND *
8 UNIVALI - Itajaí	SC	Responsabilidade social	30
9 UNOESC - São Miguel	SC	Contabilidade sócio-ambiental	30

\* ND – Não disponibilizado

**Quadro 6 - Nomenclaturas das disciplinas relacionadas a contabilidade ambiental**

Fonte: Dados da pesquisa.

A Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), de Santa Catarina, apresenta-se com a disciplina de Responsabilidade Social que é ofertada no curso de Ciências Contábeis em diferentes campos,

como Itajaí e Biguaçu.

Como nomenclaturas de contabilidade ambiental apresentam-se quatro universidades: FDB - Porto

Alegre, UFRGS - Porto Alegre, UFSM - Santa Maria e UNOESC - São Miguel, ou seja, duas universidades de Santa Catarina e duas do Rio Grande do Sul.

Com uma nomenclatura que remete para gestão, tem-se Gestão ambiental e responsabilidade social e Gestão ambiental na empresa, respectivamente nas universidades FACCAT - Taquara e UFRGS - Porto Alegre.

Com uma nomenclatura voltada à responsabilidade ambiental, ou seja, em uma abrangência mais ampla que contabilidade ambiental, foram identificadas as disciplinas: Gestão ambiental e responsabilidade social, Ética e responsabilidade social, Responsabilidade social. Por entender que uma disciplina denominada “responsabilidade social” tem uma abrangência maior que “contabilidade ambiental”, destaca-se o fato desta ter uma carga horária inferior a outras disciplinas denominadas de contabilidade ambiental, em média de 30 a 36 horas aula. Entende-se que as disciplinas deveriam contemplar uma mesma carga horária que as disciplinas de contabilidade ambiental por contemplarem uma quantidade maior de assuntos que envolvem a responsabilidade social.

Um destaque é dado à Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) que contempla a disciplina América Latina, desenvolvimento e sustentabilidade, com uma carga horária de 60 horas aula, tendo conteúdos de aspectos históricos, econômicos, tecnológicos, sociais e ambientais no contexto continental latino-americano e brasileiro, com mais detalhes.

Por fim, destaca-se que das 13 universidades do estado do Paraná com conceitos 4 e 5 do ENADE no curso de Ciências Contábeis, não se encontrou nenhuma que apresenta, em suas matrizes curriculares, alguma disciplina relacionada à contabilidade ambiental, pelo fato de não contemplar essa disciplina ou por não ser possível o acesso a matriz curricular e ao conteúdo programático das disciplinas.

Das nove universidades que contemplam aspectos da contabilidade ambiental em suas matrizes curriculares, cinco são do estado do Rio

Grade do Sul e quatro do estado de Santa Catarina. Na sequência, busca-se analisar o conteúdo programático das disciplinas que abordam a contabilidade ambiental, demonstrado na Tabela 2.

Verifica-se que, das 11 disciplinas que abordam a contabilidade ambiental, quatro delas não continham, nos sites das universidades, o conteúdo programático para análise; assim, a análise do conteúdo programático restringiu-se a sete disciplinas.

Observa-se, na Tabela 2, que o assunto mais abordado nas disciplinas é a legislação aplicável, presente em 71% das disciplinas analisadas, ou seja, assunto abordado por cinco do total de disciplinas analisadas. Na sequência, com 27%, apresentam-se os seguintes assuntos: marketing social/ecológico, balanço social, gestão ambiental e indicadores/relatórios ambientais e socioambientais.

Outros sete assuntos (18%) foram abordados por duas disciplinas, sendo: evolução histórica; responsabilidade ambiental; empreendedorismo social; projetos sociais; auditoria em balanço social; gastos ativos, passivos, despesas, receitas e custos ambientais e desenvolvimento sustentável. Destes sete assuntos, cinco foram abordados pela Univali, que possui a mesma disciplina em dois campi. Outros quinze assuntos ainda foram contemplados por outras cinco disciplinas.

Um destaque é dado às disciplinas Gestão ambiental nas empresas (UFRGS) e Responsabilidade ambiental (UNIVALI – Itajaí e Biguaçu) que apresentaram a maior quantidade de assuntos abordados nas disciplinas. Ressalta-se que a Responsabilidade ambiental (UNIVALI – Itajaí) possui uma carga horária somente de 30 horas.

Por fim, na Tabela 3, destacam-se as disciplinas que possuem maior convergência de assuntos com a proposta efetuada pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Conforme se observa na Tabela 3, a disciplina que possui maior convergência de assuntos com a proposta do Conselho Federal de

Contabilidade é a disciplina de responsabilidade social da UNIVALI-SC dos Campi de Itajaí e de Biguaçu, ambas com 88%.

Na sequência, com 25%, apresenta-se a disciplina

de gestão ambiental nas empresas da UFRGS, seguida por 13% das disciplinas Contabilidade ambiental e social da UFRGS; Economia e meio ambiente, também da UFRGS e América Latina, desenvolvimento e sustentabilidade da UNISINOS.

**Tabela 2 - Conteúdo abordado nas disciplinas das universidades de Santa Catarina e Rio Grande do Sul**

Conteúdo Abordado nas Disciplinas	1	2	3	4	5	6	7	FA	FR
Legislação aplicável		X	X		X	X	X	5	71%
Marketing social/ecológico			X			X	X	3	43%
Balanco social	X					X	X	3	43%
Gestão ambiental			X	X	X			3	43%
Indicadores/relatórios ambientais e socioeconômicos	X			X	X			3	43%
Evolução histórica						X	X	2	29%
Responsabilidade ambiental						X	X	2	29%
Empreendedorismo social						X	X	2	29%
Projetos sociais						X	X	2	29%
Auditoria em balanço social						X	X	2	29%
Gastos, ativos, passivos, despesas, receitas e custos ambientais	X			X				2	29%
Desenvolvimento sustentável			X		X			2	29%
Contabilização de eventos ambientais				X				1	14%
Contabilidade da gestão ambiental				X				1	14%
Divulgação e transparência das informações ambientais				X				1	14%
Demonstração do valor adicionado	X							1	14%
Mercado de carbono	X							1	14%
Ciência e meio ambiente		X						1	14%
Ecologia e economia		X						1	14%
Poluição e degradação do meio ambiente		X						1	14%
Política, planejamento e desenvolvimento do meio ambiente		X						1	14%
Proteção ambiental			X					1	14%
Relação empresa e meio ambiente			X					1	14%
Método e técnicas de proteção limpa			X					1	14%
Qualidade ambiental (ISO 14000)			X					1	14%
Papel da ONU					X			1	14%
Influências histórico culturais no desenvolvimento sustentável					X			1	14%

**Legenda das disciplinas:** 1 – Contabilidade ambiental e social (UFRGS); 2 – Economia e meio ambiente (UFRGS); 3 – Gestão ambiental nas empresas (UFRGS); 4 – Contabilidade ambiental (UFSM); 5 - América Latina, desenvolvimento e sustentabilidade (UNISINOS); 6 – Responsabilidade social (UNIVALI – Biguaçu); 7 - Responsabilidade social (UNIVALI – Itajaí).

**Tabela 3 - Convergência das disciplinas das Universidades de Santa Catarina e Rio Grande do Sul com a proposta do CFC**

Conteúdo Proposto pelo CFC	1	2	3	4	5	6	7
Responsabilidade social						X	X
Responsabilidade ambiental						X	X
Projetos sociais						X	X
Marketing social			X			X	X
Empreendedorismo social						X	X
Noções de contabilidade social							
Balanco social	X					X	X
Legislação aplicável		X	X		X	X	X
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>7</b>
<b>Frequência relativa</b>	<b>13%</b>	<b>13%</b>	<b>25%</b>	<b>0%</b>	<b>13%</b>	<b>88%</b>	<b>88%</b>

**Legenda das disciplinas:** 1 – Contabilidade ambiental e social (UFRGS); 2 – Economia e meio ambiente (UFRGS); 3 – Gestão ambiental nas empresas (UFRGS); 4 – Contabilidade ambiental (UFSM); 5 - América Latina, desenvolvimento e sustentabilidade (UNISINOS); 6 – Responsabilidade social (UNIVALI – Biguaçu); 7 - Responsabilidade social (UNIVALI – Itajaí).

Fonte: Dados da pesquisa.

Ressalta-se que esta análise foi efetuada considerando-se a análise dos conteúdos programáticos das disciplinas que tiveram sua menção efetuada sob a mesma denominação dos tópicos principais contemplados na proposta do CFC, como mencionado no Quadro 4. Porém, ao efetuar a análise dos assuntos de cada tópico, verificou-se que as disciplinas de contabilidade ambiental e social (UFRGS), gestão ambiental nas empresas (UFRGS) e América Latina, desenvolvimento e sustentabilidade (UNISINOS) possuem todas convergências de 38%, superadas ainda pela disciplina de responsabilidade social da Univali-SC dos Campus de Itajaí e de Biguaçu, ambas com os mesmos 88% de convergência.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral do estudo foi refletir sobre a inserção da contabilidade ambiental nas matrizes curriculares dos cursos de graduação em Ciências Contábeis. A pesquisa foi de caráter dedutivo com uma abordagem descritiva, documental e qualitativa. De uma amostra, por acessibilidade, composta por 31 cursos que obtiveram os conceitos 4 e 5 no ENADE/2006, na região Sul do Brasil, pôde-se analisar o conteúdo programático de sete disciplinas de diferentes instituições.

Observou-se que a inserção da contabilidade ambiental nas matrizes curriculares ainda é incipiente, visto que, das 31 universidades observadas da região sul do Brasil mediante os melhores conceitos do ENADE de 2006, somente nove têm alguma disciplina que abrange a contabilidade ambiental. Dessas universidades, nenhuma é do estado do Paraná, cinco são do Rio Grande do Sul e quatro são de Santa Catarina.

A disciplina de contabilidade ambiental apresenta-se nas matrizes curriculares sob diversas nomenclaturas, umas com um direcionamento mais específico à contabilidade ambiental, outras com um direcionamento mais abrangente, como responsabilidade social, porém com a contabilidade ambiental no rol de assuntos abordados.

Os assuntos mais abordados nas disciplinas analisadas são a legislação pertinente, marketing social/ecológico, balanço social, gestão ambiental e indicadores/relatórios ambientais e socioambientais. Um tópico não observado nas matrizes curriculares foi o assunto de evidencição da informação ambiental, visto que a contabilidade tem essa função de divulgação dos eventos que ocorrem nas organizações.

A universidade que se destacou por apresentar a maior quantidade de disciplinas na matriz curricular do curso de Ciências Contábeis foi a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com as disciplinas de contabilidade ambiental e social, economia e meio ambiente e gestão ambiental na empresa.

A universidade que mais apresentou convergência com a proposta de conteúdo sugerida pelo Conselho Federal de Contabilidade foi a UNIVALI, do estado de Santa Catarina, com campus em Itajaí e Biguaçu, nos quais apresentaram 88% de convergência.

Por fim, observou-se que a proposta efetuada pelo CFC abrange diversos assuntos sobre a responsabilidade social, na qual a contabilidade ambiental está inserida. Entende-se que, ao observar as diversas ementas e conteúdos programáticos das universidades estudadas, a referida proposta do CFC apresenta-se adequada e abrangente para inserção da ciência contábil nos assuntos relacionados à responsabilidade social.

Como principal limitação, menciona-se a escolha pelas instituições de ensino superior com as melhores classificações no ENADE/2006 com notas entre 4 e 5. Destaca-se, portanto, que os resultados não podem ser generalizados para outras instituições de ensino, sendo restritas apenas às instituições que compunham a amostra final desse estudo.

Como recomendação para estudos futuros, sugere-se extrapolar essa pesquisa para outras regiões do Brasil, bem como observar outros aspectos, como bibliografias utilizadas e formação dos professores. Outra possibilidade é investigar quais são as universidades que

possuem núcleos de pesquisa sobre a contabilidade ambiental na área contábil e observar se há uma rede de relacionamento entre os pesquisadores mediante as pesquisas realizadas.

## REFERÊNCIAS

ASHLEY, P. A. et al. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, BENNET, M., et al. Environmental management accounting: informational and institutional developments. **Kluwer Academic Publishers**, Dordrecht, 2004.

BEUREN, I. M. (Org). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2008.

BELLEN, H. M. V. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BRASIL. Lei Federal no 6.938, de 31 de agosto de 1981. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6938org.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938org.htm)>. Acesso em: 25 Ago. 2010.

CARNEIRO, J. C. (Coord.) et al. **Proposta nacional de conteúdo para o curso de graduação em ciências contábeis**. 2. ed. Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2009.

DONAIRE, D. **Gestão ambiental na empresa**. São Paulo: Atlas, 1995.

DAMBROWSKI, A. **As questões ambientais no ensino de administração nas instituições de ensino superior de Blumenau, SC**. 2006.81 f, il. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2006. Disponível em: <[http://www.bc.furb.br/docs/DS/2006/321520\\_1\\_1.pdf](http://www.bc.furb.br/docs/DS/2006/321520_1_1.pdf)>. Acesso em: 25 Ago. 2010.

ENADE. Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 16 Ago. 2010.

FERREIRA, L. C. **A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Boitempo; 1998.

COSTA FILHO, A. V. et al. **Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades**, 3. São Paulo: Peirópolis, 2004. Prêmio Ethos Valor, 3. ed.

FRANCO, M. As. R. **Planejamento ambiental para a cidade sustentável**. São Paulo: Annablume; Blumenau: Ed. da FURB: FAPESP, 2000.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KRAEMER, M. E. P. A Contabilidade como Instrumento de Gestão Ambiental. Disponível em <<http://www.gestaoambiental.com.br/articles.php?id=49>>. Acesso em: 25 Ago. 2010.

LORENZETT, D. B.; ROSSATO, M. V. A gestão de resíduos em postos de abastecimento de combustíveis. **Revista Gestão Industrial**, Ponta Grossa, PR, v. 6, n. 2, p. 110-125, 2010. doi: 10.3895/S1808-04482010000200006.

LORENZETT, D. B.; ROSSATO, M. V.; GODOY, L. P. O reconhecimento contábil dos gastos associados às medidas de gestão ambiental no segmento de abastecimento de combustíveis. **Rev. contab. organ.**, São Paulo, v. 5, n. 11, abr. 2011. Disponível em <[http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1982-64862011000100004&lng=pt&nrm=iso](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-64862011000100004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 04 mar. 2012.

MELO NETO, F. P.; FROES, C. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIBEIRO, M. S. Contabilidade Ambiental. São Paulo: Saraiva, 2006.

PALSULE, S. S. O desenvolvimento sustentável e a cidade. In: MENEGAT, R.; ALMEIDA, G. (Org.). **Desenvolvimento sustentável e gestão**



**ambiental nas cidades:** estratégias a partir de  
Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

PROTOGEROS, N. et al. A software shell for environmental accounting. Environmental modelling & software. v. 26, n. 2, p. 235-237, 2011. doi:10.1016/j.envsoft.2010.07.003.

SANTOS, et al. Contabilidade Ambiental: Um Estudo sobre sua Aplicabilidade em Empresas Brasileiras. In: SEMINÁRIO USP DE CONTABILIDADE, 1., 2001, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2001.

SOUZA, et al. Análise da Contribuição do Ensino e dos Meios de Divulgação do Conhecimento para a Formação Profissional em Contabilidade Ambiental. In: Congresso Brasileiro de Custos, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008.

TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa:** estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 2002.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental.** São Paulo: Atlas, 2004.

#### **Endereço dos Autores:**

Rua Antônio da Veiga, n. 140  
Bairro Victor Konder  
Blumenau - SC - Brasil  
89012-900